



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO nº de 2015 (Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) a fim de discutir a Campanha Salarial 2015.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 255 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública com o objetivo de discutir a campanha salarial de 2015 com os seguintes convidados:

- **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão MPOG;**
- **CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;**
- **SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central;**
- **FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital ;**
- **FENAPRF - Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal;**
- **FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado; e**
- **ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.**

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo da sua luta, os trabalhadores do setor público reivindicam, além de melhores condições de trabalho, equipamentos e materiais suficientes para atender às demandas do público atendido, além de horário de trabalho compatível, oportunidade de aperfeiçoamento de e capacitação e relações democráticas de trabalho. Essas são algumas das condições historicamente buscadas, além de outras que fazem com que o exercício da função pública seja mais valorizada e que a cada dia reafirme sua contribuição para o desenvolvimento do país. Após longas e históricas batalhas contra uma relação unilateral, na qual o executivo exercia sem qualquer regramento o poder coercitivo de não atendimento das reivindicações dos trabalhadores do setor público, finalmente chega-se ao ápice com essa categoria, com a promulgação da Convenção 151 da OIT, pela Presidenta Dilma Rousseff.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Depois de um longo debate no Congresso Nacional, embora tenha sido aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 206 de 7 de abril de 2010 e ratificada em 15 de junho de 2010, somente a pressão dos trabalhadores culminada com a caminhada das Centrais no dia 6 de março de 2013 foi capaz de sensibilizar a Presidenta, que atendeu a reivindicação ao promulgar o Decreto nº 7.944 de 6 de março de 2013. Atualmente, a pauta de reivindicações das entidades versa sobre a definição de data-base (1º de maio), a Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações, o cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados, a oposição a qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores, a retirada dos Projetos de Lei, Medidas Provisórias e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, a paridade e a integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas, o reajuste dos benefícios. Assim, tendo em vista a relevância da campanha salarial de 2015 para tantos trabalhadores, solicito aos nobres pares apoio na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2015.

Arnaldo Faria de Sá

Deputado Federal - SP